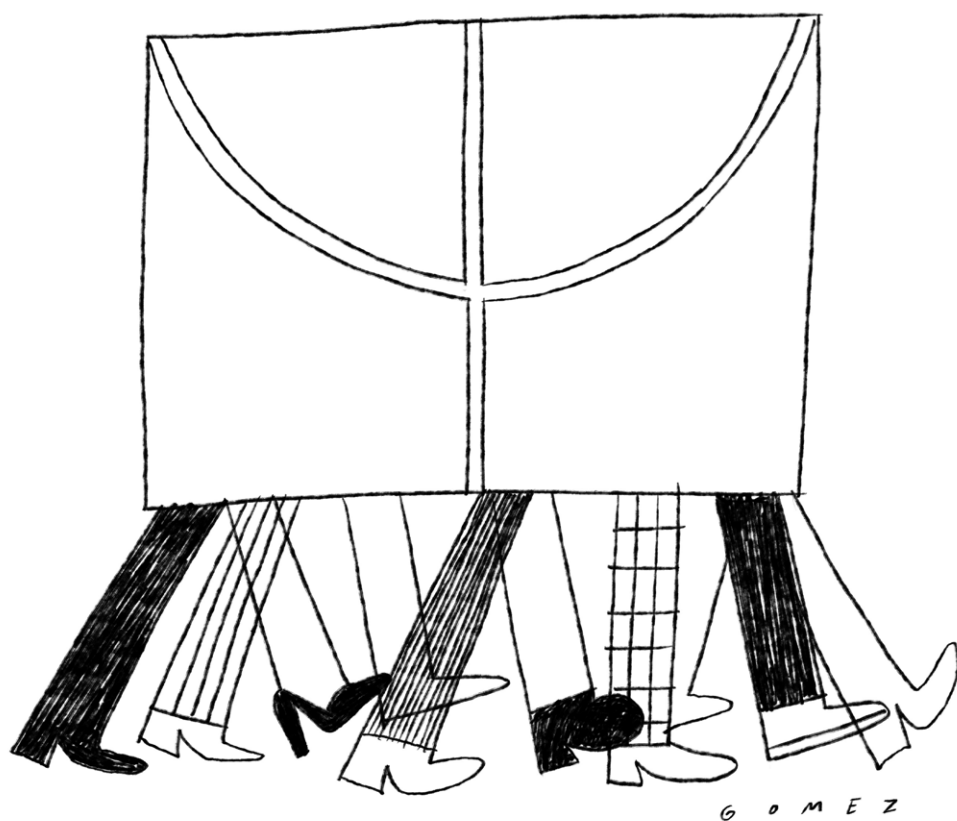


Aniversário da UnB é data histórica do país

» DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR

Médico, professor emérito da UnB, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, membro titular da Academia Brasileira de Pediatria, ex-presidente do Global Pediatric Education Consortium (GPC)



A Universidade de Brasília completou 60 anos no dia 21 de abril de 2022. É uma instituição brasileira de ensino superior que merece realce, não apenas pela beleza de seu Câmpus Darcy Ribeiro, mas, principalmente, pela construção do seu elevado padrão de ensino e pesquisa comprometido com a nobre causa da educação universitária e humanista.

A UnB teve de superar desafios para chegar aonde chegou. O mais grave foi durante a ditadura militar, que colocou em risco a sua sobrevivência. Invasões militares visavam debilitar o modelo inovador de uma universidade. Foram excluídos do seu corpo docente 16 professores de alto nível. Além disso, diante de um cenário tão ameaçador, 233 outros decidiram retirar-se da universidade. Contudo, a energia de docentes e discentes articulou a sagrada resistência em favor da causa que se mantinha iluminada no horizonte de suas unificadas visões.

Vale ressaltar alguns nomes cuja experiência foi alicerce que deu fundamento ao projeto universitário da nova capital do Brasil, em etapas decisivas de sua história. Os dois primeiros reitores foram: 1) Professor Darcy Ribeiro, eminente intelectual que havia trabalhado na formulação do referido projeto. Publicou relevante obra intitulada *Universidade necessária*. Desenvolveu, assim, a teoria de que o modelo de uma instituição universitária há de ser concebido com o objetivo de trabalhar sempre pela evolução construtiva da sociedade, a partir de contextos educacionais que valorizem as ciências humanas,

pesquisa científica e interação abrangente com a comunidade. É visto como pilar das transformações evolutivas e igualitárias; 2) Professor Anísio Teixeira, célebre pensador na área da educação, que contribuiu com o Darcy Ribeiro na formulação do projeto da UnB. Foi afastado do cargo pelo regime militar; 3) Após essa longa crise, assumiu a reitoria o brilhante professor Cristovam Buarque, peça-chave para a superação do clima ditatorial invasor da UnB e reanimação da comunidade universitária.

Ao longo de seu funcionamento, a UnB realizou avanços que comprovam o compromisso com o modelo de uma universidade necessária. São projetos baseados no referido modelo, em defesa da igualdade de direitos. Foi assim implantada a criação de cotas raciais para o ingresso de estudantes na graduação e também na pós-graduação, incluindo negros, indígenas e quilombolas. O sucesso de tão justa providência precisa ser divulgado e comemorado a fim de que a sociedade seja estimulada a lutar pela educação qualitativa no Brasil desde a primeira infância até o nível universitária.

Outra medida é a implantação de câmpus universitário da UnB em cidades satélites, entre as quais Planaltina, Gama e Ceilândia. Trata-se de louvável providência que assegura às novas gerações amplo acesso à educação de nível superior, com alta qualidade.

A primeira mulher a exercer o cargo de reitora da UnB é a professora Márcia Abraham, da área de geologia. Foi reeleita, em 2019, para o segundo mandato que exerce. Enfrentou

a crise cruel e duradoura da pandemia da covid-19, com mudanças no cotidiano da universidade que desativaram práticas tradicionais de ensino e pesquisa. Tudo passou a ser remoto, não presencial.

Porém, a reitora manteve a blindagem dos princípios e conquistas da UnB, para que não houvesse perda dos avanços implantados. Além do mais, três legados que a professora Márcia vai nos deixar são: 1) Conclusão da obra da Unidade da Criança e Adolescente (UCA). Trata-se de projeto da Pediatria da UnB, destinado à assistência à saúde dessa faixa etária. Sua construção encontra-se inacabada. A nossa reitora articulou a retomada da obra. O resultado foi positivo. A obra já está reiniciada e a previsão é que seja concluída no primeiro semestre de 2023; 2) Criação da Comissão da UnB sobre a primeira infância. Mais uma genial iniciativa que coloca a nossa universidade na vanguarda; 3) Construção de uma creche de qualidade no Câmpus Darcy Ribeiro, destinada a 200 crianças.

Finalmente, é a alma de Juscelino Kubitschek que dá vida a Brasília como capital da esperança, reconhecida como Patrimônio da Humanidade. Deveria, pois, ser criado o Prêmio JK, a ser conferido a instituições que endossam sua maravilhosa reflexão: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará no cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e confiança sem limites no seu grande destino”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Elite frívola

Que possíveis relações poderiam existir para a capital entre atividade política local, a partir dos anos oitenta, e o sucateamento gradativo dos principais pontos de cultura de Brasília? A primeira vista pode até não parecer, mas, desde que a capital, por uma iniciativa de grupos de empreendedores interessados em dividir e lotear a capital entre si, tomaram assento na Câmara Distrital e no Palácio do Buriti, os espaços de cultura da cidade foram, um a um, adentrando num lento e irreversível processo de decadência, com fechamento de galerias e teatros, e uma série de projetos de fomento às artes que foram vetados ou simplesmente esquecidos.

O empobrecimento cultural da capital do país é a obra prima dessa gente inculta, que não vislumbra retorno político imediato e satisfatório para suas ambições eleitorais. Muito mais chamativo e lucrativo, do ponto de vista político, do que espaços e fomentos para as artes, são as legalizações de áreas e outras benesses eleitoreiras. Essas, sim, trazem retorno em forma de votos. São verdadeiros cartazes a esconder propaganda política e partidária.

Ademais, o inchaço populacional trazido pela emancipação política, com a criação, quase que diária, de assentamentos e outros bairros improvisados, passou a requerer do poder público o direcionamento dos recursos tanto para atendimento dessas populações quanto para socorrer hospitais, escolas e outros pontos de serviços básicos, tornando itens como a cultura descartáveis ou não urgentes.

O gasto astronômico com os novos poderes locais que foram criados ajudou a desviar os preciosos recursos que antes iam para a atividade cultural. Hoje, os projetos de arte e, principalmente, os artistas da cidade são obrigados a se humilhar diante dessa classe de políticos, semialfabetizada, implorando para que concedam migalhas de recursos, que são públicos, na forma de emendas. Criou-se, desnecessariamente, uma classe política que, ao fim e ao cabo, são autênticos atravessadores de recursos, cobrando para isso o reconhecimento como patrocinadores das artes.

Nossa elite e, principalmente, nossos políticos são formados por indivíduos cujo entendimento que possuem de cultura se resume a viagens à Disneylândia ou ao Caribe. São frívolos, sem educação e aculturados. Muitos, inclusive, não hesitariam, caso fosse permitido, sacar uma arma ante a presença de uma trupe de artistas mambembes. É disso que se trata, quando se observa que importantes e icônicos espaços como o Teatro Nacional, um marco de cultura da capital, está entregue às baratas por mais de uma década.

A insensibilidade às manifestações da arte e da cultura é traço marcante de nossa elite política. Mesmo esbanjando dinheiro público pela Europa, ainda não se atentou ao que diferencia um país com tradições e história. Com essa indiferença, que quase beira ao ódio, gerações inteiras de artistas e outros cidadãos de autêntico talento deixados ao relento para que desapareçam da paisagem.

O que temos como produto dessa gente egoísta é a proliferação indefinida de bares e casas de espetáculos com shows para lá de duvidosos e sem conteúdos artísticos. Uma cidade em que suas lideranças ignoram e mesmo desprezam as artes não pode possuir status verossímil de capital do país. A Brasília que, desde a sua emancipação política, foi entregue, de mão beijada, a uma gente tosca e de poucas letras é a que temos hoje, permeada de problemas como a da violência urbana e do abandono.

Não há futuro seguro e pacífico por esse caminho. Nem para seus habitantes, e muito menos para aqueles que a transformaram nisso. Não há salvação possível fora da cultura e das artes, principalmente, quando se fala em comunidade.

A força-tarefa do Ministério Público e a defesa dos direitos dos cidadãos na pandemia

» FABIANA COSTA

Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT

» JOSÉ EDUARDO SABO PAES

Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão e Coordenador da Força-Tarefa do MPDFT

A pandemia da covid-19 representou um desafio sem precedentes para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Responsável por defender direitos coletivos e fiscalizar políticas públicas, a instituição precisou se reestruturar rapidamente para lidar com os problemas que emergiram na crise.

As primeiras informações sobre o impacto da covid-19 em áreas essenciais, incluindo a saúde, chegaram ao Ministério Público antes mesmo de 11 de março de 2020, início da pandemia. Elas logo descortinaram o horizonte nublado que se avizinhava. Enfrentá-lo, sabia-se, exigiria esforço comum entre poder público e sociedade civil.

No MPDFT, internamente, decidiu-se que o combate à emergência sanitária, que então já demonstrava sua complexidade, se daria de forma articulada. Assim, em 23 de março de 2020, a Procuradora-Geral de Justiça instituiu uma Força-Tarefa com mais de 30 promotores e procuradores. Coube a esse grupo acompanhar e fiscalizar as ações, sobretudo do governo distrital, de enfrentamento à pandemia, cobrando ajustes e melhorias nas políticas públicas em curso na defesa de direitos da população do DF.

Em 23 de março deste ano, a Força-Tarefa completou dois anos de atividades. Pode-se afirmar que o trabalho do grupo resultou em benefícios concretos para o conjunto da

sociedade, e em importantes ganhos para o MPDFT. Do ponto de vista institucional, a Força-Tarefa materializou o princípio da unidade do Ministério Público. Seus integrantes trabalharam coordenadamente em defesa dos interesses coletivos, assegurada sua independência funcional, prerrogativa que lhes garante liberdade de atuação no exercício de suas funções.

Para além dos ganhos institucionais, a dimensão mais importante do trabalho da Força-Tarefa foi o resultado efetivo de suas atividades para a defesa dos direitos da população do DF. A pandemia exigia respostas céleres por parte do poder público. Ciente disso, o MPDFT adotou uma postura de diálogo, sobretudo com o Executivo local, na busca de soluções que melhor e mais prontamente atendessem a sociedade.

Nesse sentido, buscou interlocução constante com órgãos públicos envolvidos no combate à pandemia. Adotou, prioritariamente, medidas na esfera administrativa, tais como recomendações dirigidas aos gestores governamentais. Ações judiciais também foram propostas na defesa das prerrogativas dos cidadãos, mas apenas quando não foi possível acordo com o poder público.

Em seus dois anos de atividades, a Força-Tarefa contabilizou mais de mil iniciativas na defesa de direitos da população do DF. Apenas para citar algumas, obteve decisão

judicial que obrigou o governo local a publicar, sem omissões, as informações sobre a evolução da pandemia e a real situação dos leitos de UTI na rede distrital de saúde. Todos esses dados estão hoje disponíveis no portal de internet InfoSaúde-DF.

O MPDFT requisitou um plano de contingência ao governo distrital para a assistência social, área especialmente atingida pela pandemia. O plano foi implementado, evitando a piora da delicada situação da população em situação de vulnerabilidade que, não há dúvida, estaria desamparada em meio à crise. A Força-Tarefa também exigiu e obteve mais transparência da administração pública local nas contratações emergenciais de equipamentos, insumos médicos e recursos humanos para unidades da rede hospitalar. Por seu lado, auxiliou o GDF na interlocução com o Ministério da Saúde para obtenção de mais vacinas para o DF, como meio de compensar os milhares de doses contra a covid-19 aplicadas a cidadãos de outros estados.

O espaço dedicado a este artigo é pequeno para listar os principais êxitos do trabalho realizado com dedicação por membros e servidores do MPDFT em prol da população do DF. Um retrato mais amplo e detalhado do que foi feito pode ser visto na área criada no portal da instituição na internet para dar transparência às ações do Ministério Público: www.mpdft.mp.br.

» A frase que foi pronunciada

“A massificação procura baixar a qualidade artística para a altura do gosto médio. Em arte, o gosto médio é mais prejudicial do que o mau gosto... Nunca vi um gênio com gosto médio.”

Ariano Suassuna

Traumatizante

» Vai aqui um conselho precioso: você que pretende homenagear sua mãe levando-a num restaurante e para livrá-la das obrigações da cozinha diária da família, faça isso na véspera do Dia das Mães. A receita serve para o Dia dos Pais que vem aí. A razão é que a maioria dos restaurantes da cidade não está preparada para o aumento de público. A qualidade dos serviços cai, os preços sobem, as filas aumentam e o que poderia ser um dia de lazer e alegria acaba se transformando num pesadelo. Que o digam as mães que foram “homenageadas” por seus familiares no tal restaurante La Terrace, no condomínio Life Resort. Um domingo de horror.

Para os críticos

» Como ex-presidente, Lula têm direito a escolta armada para se proteger. E foi essa a opção que fez. Quem estranha a iniciativa é o deputado Sanderson. Quer saber se a submetralhadora alemã UMP45 é realmente necessária para enfrentar o povo nas ruas.

» História de Brasília

Howe falta de controle, e parte daí a dificuldade criada pelo Conselho Novacap, que doou os terrenos já ocupados. (Publicada em 23.02.1962)